



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 128, DE 2023**

**(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Altera a Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para garantir que todas as mulheres tenham direito à proteção contra a violência política de gênero, sem qualquer distinção.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-78/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_, DE 2023.

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Altera a Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) para garantir que todas as mulheres tenham direito à proteção contra a violência política de gênero, sem qualquer distinção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre a igualdade de tratamento e proteção entre todas as mulheres no combate à violência política de gênero.

**Art. 2º.** Acrescente-se ao art. 3º da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, os seguintes § 1º e § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 3º .....

§ 1º. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude da identidade de gênero.

§ 2º. Constituem igualmente atos de violência política a Transfobia. “ (NR)

**Art. 4º.** Acrescente-se ao parágrafo único do art. 326-B, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), o seguinte inciso IV:

“Art. 326-B. ....

Parágrafo único. ....

IV - transvestigênere. (NR)”

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

De acordo com ranking da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) entregue ao Ministro dos Direitos Humanos, 131 pessoas foram mortas em 2022 apenas por serem travestis ou transexuais<sup>1</sup>. O país alcança, assim, pelo 14º ano consecutivo o título de país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. O reflexo dessa violência é a marginalização e exclusão das pessoas Transexuais e Travestis.

Na política brasileira isso não é uma exceção. Dos mais de 28 mil candidatos e candidatas com registro nas eleições de 2022, apenas 58 são pessoas identificadas como transexuais ou transgêneros, conforme aponta a lista divulgada pelo coletivo Vote Lgbt+. A proporção, que corresponde a pouco mais de 0,2% do total de candidaturas, contrasta com o tamanho da comunidade trans no Brasil, que representa cerca de 2% da população brasileira conforme estudo realizado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e divulgado na Nature Scientific Reports em 2021<sup>2</sup>. A ausência de incentivos e a forte violência política podem ser parte da explicação da subrepresentação das pessoas transexuais e travestis nos cargos eletivos.

Em 2021 entrou em vigor a Lei nº14192, de 4 de agosto, fruto de anos de luta de inclusão das mulheres na política. Apesar de uma enorme vitória, sua redação não destaca a presença de mulheres transexuais e travestis, o que por si só representa um olhar excludente para as mulheres e seus direitos. Desse modo, apresenta-se esta redação para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher tendo como ponto de partida a identidade de gênero.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 02 de Fevereiro de 2023.

**SÂMIA BOMFIM**  
PSOL-SP

1

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5069243-pelo-14-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-trans-e-travestis.html>.

<sup>2</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/brasil-tem-33-pessoas-trans-entre-28-mil-candidatos/>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 14.192, DE 04 DE AGOSTO DE 2021	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021-08-04;14192">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021-08-04;14192</a>
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965-07-15;4737">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965-07-15;4737</a>

**FIM DO DOCUMENTO**